



## A EVOLUÇÃO E A EXTENSÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES JURÍDICAS: UMA ANÁLISE SOBRE A AFASTABILIDADE DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA

### THE EVOLUTION AND EXTENSION OF THE GOOD FAITH PRINCIPLE IN LEGAL RELATIONS: AN ANALYSIS ON THE FAILABILITY OF IMPERAILABILITY OF THE GOOD OF FAMILY

Ozório Nonato de Abrantes Neto<sup>1</sup>, Arlindo Alves de Farias<sup>2</sup>, Kelvin Wesley de Azevedo<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho buscou analisar a influência e o avanço do princípio da boa-fé objetiva nas relações jurídicas privadas, especialmente no campo do Direito Contratual e do Direito Familiar, de modo a abordar a possibilidade do afastamento da proteção legal conferida ao bem de família, decorrente da Lei n. 8.009/90, quando o proprietário atua de má-fé e contra os preceitos éticos mínimos exigidos do homem comum/médio. Ademais, em termos metodológicos, utilizou-se o método dedutivo e bibliográfico-documental, com o uso de doutrinas, legislações e, principalmente, jurisprudência, fazendo alusão a várias decisões do Superior Tribunal de Justiça, especialmente ao Recurso Especial n. 1.559.348, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, que foi julgado recentemente. Por fim, concluiu-se que a incidência da boa-fé objetiva nas relações jurídicas privadas está cada vez mais forte, exigindo-se do sujeito uma atuação honesta e proba não apenas no exercício de seu direito, mas também dentro do trâmite processual, o que demonstra o seu caráter de Princípio Geral do Direito, positivado no ordenamento jurídico pátrio, aplicando-se a todos os ramos da ciência jurídica.

**Palavras-Chave:** superior tribunal de justiça, proteção legal, afastamento, má-fé, relações familiares.

**Abstract:** The present study sought to analyze the influence and advancement of the principle of objective good faith in private legal relationships, especially in the field of Contract Law and Family Law, in order to address the possibility of removing the legal protection granted to the family good, arising from Law 8.009/90, when the owner acts in bad faith and against the minimum ethical precepts required of the common/medium man. Furthermore, in methodological terms, the deductive and bibliographic-documental method was used, with the use of doctrines, legislation and, mainly, jurisprudence, alluding to various decisions of the Superior Court of Justice, especially the Special Appeal 1.559.348, reported by Justice Luis Felipe Salomão, which was recently judged. Finally, it was concluded that the incidence of objective good faith in private legal relations is increasingly strong, requiring the subject to act honestly and proves not only in the exercise of his right, but also within the procedural process, which demonstrates its character as a General Principle of Law, positivized in the Brazilian legal system, applying to all branches of legal science.

**Keywords:** superior court of justice, legal protection, removal, bad faith, family relations.

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande — UFCG — Campus Sousa

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande — UFCG — Campus Sousa

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande — UFCG — Campus Sousa